

MARIA DA GLÓRIA GOHN

*TEORIAS DOS  
MOVIMENTOS SOCIAIS*

*Paradigmas clássicos  
e contemporâneos*

SBD-FFLCH-USP



298664



**Edições Loyola**



*status* são aqueles voltados para si próprios, para alcançar ou manter o prestígio do grupo. Movimentos expressivos são marcados por comportamentos menos objetivos ou pela procura de metas relacionadas com descontentamentos (Gusfield, 1966: 23). No início dos anos 70, Gusfield chamou a atenção para a importância dos recursos comunais, a despeito da modernização, do desenvolvimento econômico, da racionalidade etc. Tilly (1978) também caminhará nesta direção.

Assim como a corrente da sociedade de massas, este *approach* não criou nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais, mas abriu caminho para a geração da teoria que viria a ser um novo marco no paradigma norte-americano, a da Mobilização de Recursos. Zald, uma das pioneiras da nova corrente, publicou em 1966, em co-autoria com Roberta Ash, um estudo em que procuraram ampliar a abordagem dos institucionalistas, examinando os movimentos sociais em termos de resultados e processos.

Segundo Zald (1992), o *approach* organizacional-institucional permanece viável na agenda do futuro, e podemos observar sua retomada nos trabalhos de Zald e McCarthy (1987) e de Lofland (1985).

## CAPÍTULO II

# TEORIAS CONTEMPORÂNEAS NORTE-AMERICANAS DA AÇÃO COLETIVA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

### 1 – Teoria da Mobilização de Recursos: Olson, Zald e McCarthy

As transformações políticas ocorridas na sociedade norte-americana nos anos 60 levaram ao surgimento de uma nova corrente interpretativa sobre os movimentos sociais, a chamada teoria da Mobilização de Recursos (MR). Ela começou por rejeitar a ênfase que o paradigma tradicional dava aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos, assim como o *approach* eminentemente psicossocial dos clássicos, centrado nas condições de privação material e cultural dos indivíduos. A psicologia foi rejeitada como foco explicativo básico das ações coletivas, assim como todas as análises centradas no comportamento coletivo dos grupos sociais e a visão dos movimentos sociais como momentos de quebra das normas daqueles grupos. O papel das crenças compartilhadas e o da identidade pessoal, tratados pelo paradigma clássico, foram rejeitados porque eram analisados sob o prisma do comportamento irracional das massas (visto como sinônimo de alta dose de patologia social).

A fragilidade do paradigma tradicional para explicar os movimentos sociais da década de 60 (que emergiram desde os anos 50), os dos direitos civis, aqueles contra a guerra do Vietnã, os do feminismo etc., que também contavam com a participação de militantes advindos das camadas médias da população, levou à formulação da teoria da MR. As teorias das tensões estruturais, privações, descontentamentos etc. eram, para os criadores da MR, insuficientes para explicar os novos movimentos. A nova teoria enquadrava as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais, rejeitando portanto a ênfase anterior dada pelo paradigma clássico aos sentimentos, descontentamentos e quebras de normas, todos de origem pessoal.

Margit Mayer (1991) elaborou uma hipótese bastante sugestiva sobre o sucesso do paradigma MR nos Estados Unidos. Ela afirma que a teoria “surgiu numa certa conjuntura histórica e representa a racionalização teórica de contradições historicamente determinadas e sua práxis correspondente. Em outras palavras, a MR emergiu de um esforço para analisar os movimentos sociais dos anos 60 e, como consequência, reflete suas condições de emergência, dinâmica, desenvolvimento, estrutura de organização etc., em contraste com as abordagens clássicas que procuravam explicar os movimentos de massa dos anos 20 e 30, os quais eram totalmente diferentes dos tipos de movimento dos anos 60” (M. Mayer, 1991: 182).

Olson (1965) foi um autor que muito contribuiu para as mudanças no paradigma tradicional. Seguiram-se a ele os trabalhos de Oberschall (1973), McCarthy e Zald (1973), Gusfield (1970). Outros autores, como Tilly (1978), com *approachs* específicos e de natureza mais histórica — conforme apresentaremos adiante —, também contribuíram para o desenvolvimento da MR.

Durante duas décadas a MR predominou na maioria dos estudos feitos sobre os movimentos sociais nos Estados Unidos. Ela se alterou ao longo deste período, incorporando temas e problemas que não vinham sendo contemplados, bem como críticas, mas manteve sua base explicativa principal: os movimentos sociais são abordados como grupos de interesses. Enquanto tais são vistos como organizações e analisados sob a ótica da

burocracia de uma instituição. As ferramentas básicas utilizadas na abordagem advêm de categorias econômicas. Eckstein (1989) afirma que a MR é talvez a escola de pensamento não-marxista mais bem estruturada, explicando os movimentos sociais não em âmbito individual mas organizacional.

A variável mais importante da MR, como o próprio nome indica, é a dos recursos: humanos, financeiros e de infra-estrutura variada. Os movimentos surgiriam quando os recursos se tornassem viáveis. Posteriormente esta asserção foi alterada: os movimentos surgem quando se estruturam oportunidades políticas para ações coletivas, assim como quando facilidades e líderes estão em disponibilidade. Os movimentos também estruturam o seu cotidiano segundo o estoque de recursos que possuem, sendo os principais os econômicos, humanos e de comunicação.

Na MR os movimentos não são vistos de forma distinta dos partidos, *lobbies* e grupos de interesses, como no paradigma clássico. Ao contrário, eles jogam e disputam seu público consumidor, de adeptos ou financiadores, num mesmo campo. Eles também competem entre si pelas mesmas fontes de recursos e oportunidades. Em 1975 Gamson afirmou que “em lugar da velha dualidade entre políticas extremistas e políticas pluralistas, há somente políticas”. A rebelião é somente outra política, com outro significado. Ou seja, o protesto político passou a ser visto como um recurso como qualquer outro, que pode ser trocado num mercado de bens políticos. Demandatários e seus adversários trocam bens num mercado de barganhas, num processo em que todos os atores agem racionalmente, segundo cálculos de custos e benefícios. A ênfase toda é colocada numa visão exclusivamente economicista, baseada na lógica racional da interação entre os indivíduos, que buscam atingir metas e objetivos, e em estratégias que avaliam os custos e benefícios das ações. A base do modelo é a teoria do utilitarismo.

Olson (1965) começa e termina sua teoria pelos indivíduos. O problema da ação coletiva era agregativo: como envolver um grupo em possíveis interesses por determinados bens coletivos. Em seu livro sobre a lógica da ação coletiva, Olson estuda não movimentos sociais mas grupos de interesses, observando que

nos grupos compostos por muitos membros é mais fácil organizar os interesses coletivos do que nos pequenos, destacando o papel dos líderes organizadores daqueles interesses.

McCarthy e Zald (1973 e 1977) foram os autores mais importantes da primeira fase da MR no tocante à explicação dos movimentos sociais. Utilizando-se de conceitos correntes nas análises das corporações econômicas, no mundo das organizações empresariais, desenvolvidos particularmente por Olson, avaliavam os membros de um movimento como um grupo de interesses, que, como tais, eram consumidores de um mercado de bens. O modelo de compra e venda e competição por produtos também foi aplicado. Os líderes de um movimento eram considerados gerentes ou administradores de um grupo de interesses. Enquanto tais, os diferentes grupos sociais competiriam entre si para obter recursos para suas ações, assim como a adesão de suas clientelas e as atenções das agências governamentais. Eles competiriam também na luta pela manipulação de imagens pela mídia, assim como por sua atenção. McCarthy e Zald utilizaram metáforas avançadas do capitalismo burocratizado para descrever as relações entre movimentos e grupos de interesses, assim como suas relações com outras parcelas da sociedade. Eles trabalharam com categorias como "organização de movimentos sociais". Isto porque os movimentos seriam estimulados não apenas pelos interesses de seus membros, mas também pelos de agentes governamentais, entidades particulares e muitas outras organizações interessadas na promoção do produto objeto de demanda do movimento ou que ganhariam algo com ela.

Os movimentos que teriam sucesso seriam aqueles que possuísem atributos de uma organização formal hierárquica. Seus líderes eram seus organizadores: profissionais com dedicação integral ao trabalho e capacidade para mobilização efetiva de suportes externos. Podemos observar que os pioneiros da MR concebiam os movimentos sociais em termos de um setor de mercado, livre, em competição com outros grupos, num mercado aberto de grupos e idéias. Os movimentos competiriam com outras organizações, não-movimentos, para obter adeptos, recursos, e no cálculo e execução de suas tarefas.

A mobilização das bases do movimento é também analisada segundo a ótica econômica. Existiria um modo de administração empresarial dos recursos disponíveis e as bases demandatárias seriam um deles. As estratégias de mobilização de recursos financeiros junto às bases — demandatárias ou simpatizantes das causas em ação — seriam cuidadosamente planejadas. O correio, a mala direta, os eventos, a utilização de uma rede de infra-estrutura de apoio — escolas, igrejas, sindicatos, associações etc. — seriam instrumentos básicos para viabilizar a mobilização. Em síntese, os movimentos não deveriam ser analisados apenas como se analisa uma organização empresarial. Eles seriam, por si sós, indústrias econômicas.

Zald e McCarthy subdividiram os movimentos em duas grandes categorias: de consenso e de conflito. Os primeiros não produziram as mesmas mobilizações que os segundos, mas poderiam até obter mais sucesso, dado sua maior possibilidade de aceitação pela sociedade e, conseqüentemente, de mobilização e apoio para a obtenção de recursos financeiros. Esta classificação norteou o trabalho de vários pesquisadores nos Estados Unidos ao longo dos anos 70 e 80, sendo ainda bastante utilizada nos anos 90. Em 1988, McCarthy, em colaboração com Woolfson, aprofundou aquela tipologia inserindo a questão da mudança social. Os movimentos da esfera do conflito objetivariam mudanças sociais — como os movimentos feminista, dos trabalhadores, de pessoas pobres, pelos direitos civis etc. Os movimentos na área do consenso — que não contestam a ordem e o *status quo* vigente — buscariam apenas alargar algumas fronteiras dentro de seus objetivos. Mas estas considerações foram feitas nos anos 80 e já se referem a outra etapa do paradigma norte-americano.

É importante registrar os tipos de movimento que foram analisados e serviram de base para os primeiros estudos da MR. McCarthy e Zald, por exemplo, pesquisaram movimentos de direitos civis (a NAACP — Associação Nacional para o Desenvolvimento de Pessoas Negras —, a União Americana de Liberdades Civis etc.); movimentos de mulheres (NOW — Organização Nacional de Mulheres, e outros). Eram todos movimentos liderados pelas camadas médias da população, em que se destaca-

vam, por um lado, a diversidade de temas e problemáticas e o tratamento de algumas organizações como movimentos sociais. Por outro lado, aqueles movimentos de fato promoveram campanhas nacionais e utilizaram as técnicas mais avançadas disponíveis — em termos de equipamentos tecnológicos, contatos com a mídia e com a própria população, obtenção de recursos financeiros. Estratégias isoladas de mobilização de recursos foram profissionalizadas. Estes elementos não serão encontrados nos movimentos sociais populares latino-americanos dos anos 70 e 80, mas irão aparecer nos anos 90 em movimentos internacionais, com demandas globalizadas, conforme discussão a ser apresentada na terceira parte deste livro.

Observa-se também que os primeiros estudos da RM, por exemplo na análise do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, enfatizaram a rede endógena e os recursos internos *versus* o papel dos recursos externos. Foram feitos recortes e selecionados dados que favoreceram a confirmação de suas hipóteses e pressupostos. Na MR as ideologias foram desprezadas, pois argumentava-se que as mobilizações por descontentamento eram constantes e não específicas de certos períodos ou condições estruturais. Segundo Mayer (1992), as ideologias e motivações ideológicas não teriam desempenhado papel importante nas mobilizações dos anos 60, já que a maioria das ações tinha um discurso que nada mais fazia do que reivindicar a extensão dos valores liberais básicos que dominavam o discurso público americano há mais de um século. Ou seja, não teriam sido as ideologias de origem alienígena que alimentaram ou fomentaram as mobilizações. Concordamos com as observações de Mayer e achamos que a falta de ênfase nas ideologias se deu pelo fato de não ter havido grandes conjuntos de novas crenças ou valores a dar forma a um novo corpo ideológico — corpo este desenvolvido pelas camadas médias da população norte-americana, ávidas por se integrar à sociedade de consumo existente; mas a falta de ênfase é também parte do próprio referencial teórico da RM, que excluía as ideologias como fator explicativo importante porque não considerava a dimensão de luta social dos movimentos. Tilly (1978) e McAdam (1982) contribuirão para a incorporação das ideologias como elemento importante dos movimentos no paradigma

norte-americano, a exemplo do estudo de McAdam sobre o movimento dos direitos civis e o papel da Igreja Batista nele.

Apesar de a MR priorizar a análise econômica em seus primeiros estudos, observa-se que a análise política está presente nas entrelinhas. Isto porque o campo de surgimento dos novos movimentos sociais, a sociedade civil com suas associações autônomas, passou a ser valorizado por se tratar de um espaço pluralista, um canal de expressão. Deixou-se de ter a visão da sociedade civil como um pesadelo, o espaço da sociedade das massas irracionais que a abordagem tradicional descrevia. Os novos grupos e movimentos, por serem dotados de racionalidade instrumental, eram compatíveis com o jogo democrático e o reforçavam. Não representariam um perigo para a democracia, ao contrário, eram um sinal de sua vitalidade. Mas a MR não usa a categoria “sociedade civil”. Ela atém-se ao campo das categorias funcionalistas: organizações, estruturas, instituições etc., não se libertando do funcionalismo que a princípio negara.

## 2 – Principais críticas à teoria da Mobilização de Recursos

Provavelmente a principal crítica à MR não foi formulada a ela em si, mas à teoria que lhe deu origem e sustentação: a da escolhas racionais. Isto porque esta última baseia-se no modelo das ciências naturais, tratando os indivíduos como seres abstratos, universalizando a experiência de um tipo particular de ser humano: a raça branca, as camadas médias da população, em países do capitalismo desenvolvido do Ocidente. Com isto introduziu o que se convencionou chamar de um *bias* político, um viés. Os grupos sociais subordinados, suas lutas, seus princípios, cultura, valores, normas, objetivos, projetos etc. são simplesmente ignorados, como se não existissem.

Myra Marx Ferree (1985, 1992) é uma das autoras que faz críticas contundentes à MR, sustentando que sua visão dos movimentos sociais é burocrática.

Entretanto foi Jean Cohen (1985) que elaborou a crítica mais completa e mais citada pelos próprios teóricos da MR, quando

lhes fizeram alterações ao final dos anos 80 e nos anos 90. Ela destacou que a MR excluía valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais estudados. A despeito das diferenças entre as várias versões da teoria, ela analisou as ações coletivas segundo uma lógica de interação custo-benefício, insistindo sobre a racionalidade instrumental e estratégica da ação coletiva. Cohen argüiu ainda que Olson errou em caracterizar aqueles que se mobilizam nas ações coletivas como indivíduos desorganizados, porque eles se organizam em grupos de solidariedade.

Segundo Cohen e Arato (1992), os teóricos da MR compartilham os seguintes pressupostos: os movimentos sociais devem ser entendidos em termos de uma teoria de conflito da ação coletiva; não há nenhuma diferença fundamental entre ação coletiva institucional e não-institucional; ambas as ações (institucionalizadas e não-institucionalizadas) envolvem conflitos de interesses construídos dentro de relações de poder institucionalizadas; as ações coletivas envolvem a busca racional de interesses pelos grupos; demandas e reivindicações são produtos permanentes de relações de poder e não podem explicar a formação dos movimentos; movimentos formam-se devido a mudanças nos recursos, na organização e nas oportunidades para a ação coletiva; o sucesso de um movimento envolve o reconhecimento do grupo como ator político ou o aumento de benefícios materiais; e, finalmente, a mobilização envolve organizações formais em ampla escala, burocráticas e com propósitos especiais. Concluem os autores que organização e racionalidade são palavras-chave nesta abordagem (Cohen/Arato, 1992: 498).

Piven e Cloward (1992) argumentaram que a MR comete um erro ao apontar similaridades entre o comportamento convencional e o de protesto, sem compreender suas diferenças. A MR tendeu a normatizar o protesto coletivo, esquecendo-se das diferenças entre os modos de ação legais — permitidos — e os proibidos pela ordem estabelecida, isto é, pela lei. Como resultado, o impacto das ações coletivas também é normatizado pela MR, assim como outras formas convencionais de organização, reduzindo os protestos políticos das camadas populares a irrupções irracionais e apolíticas. Tilly é um dos alvos das críticas de Piven e

Cloward. Eles afirmam que Tilly confunde o não-normativo com o normativo, ignorando o poderoso papel das normas de regulamentação na vida social, principalmente na esfera da dominação e da subordinação. Os autores destacam que os protestos são contra a política formal; as pessoas buscam quebrar as regras definidas, os modos permitidos da ação política.

Piven e Cloward criticam também Zald, McCarthy e Gamson por incluírem como movimentos sociais diferentes formas de ação coletiva. Eles tentam ainda demonstrar que a refutação às abordagens clássicas americanas, premissa básica na primeira fase da MR, também estava errada. Ou seja, as teorias sobre os descontentamentos e privações teriam muitos elementos para explicar lacunas na MR, tais como o porquê das alterações no comportamento das pessoas ao se juntarem às ações coletivas e adotarem posturas não-normativas, caracterizadas como desordem ou rebelião pela abordagem tradicional. Além disso, apontaram os equívocos da teoria do ponto de vista político: o de considerar os movimentos dos subordinados em geral como apolíticos e irracionais.

Mas a crítica metodológica mais contundente à MR foi realizada por Margit Mayer (1992). Ela refere-se ao individualismo metodológico implícito no *approach*. A sociedade é vista não como uma organização composta por classes sociais e suas relações, mas como um arranjo estático das elites e não-elites, relativamente homogêneo, em que há grupos incluídos e excluídos. O objetivo dos excluídos seria lutar para ser incluídos. Pressupõe-se uma sociedade aberta, em que os diferentes grupos terão sucesso conforme o grau de sua organização. Gamson (1975) e Jenkins (1985) aventaram reformas sociais *sui generis*, em que o Estado seria o agente da institucionalização dos movimentos sociais ao reconhecer sua legitimidade.

Mayer destaca que a MR silencia em relação ao papel das normas, crenças e emoções nos comportamentos coletivos ou na sociedade de massa, conforme a tradição anterior. O *approach* criado por ela foi "adequado" nos anos 60 e 70, na sociedade norte-americana, porque o sistema de crenças dos movimentos estudados era extensão de conceitos básicos do liberalismo, na filosofia americana. Aquele *approach* tinha força motivacional e ideológica

coincidente com valores já consagrados na sociedade local, e não precisava ser explicado. As categorias desenvolvidas pela MR para a interpretação dos métodos de organização e mobilização dos movimentos, se aplicadas a outros períodos históricos, mostram-se inadequadas, segundo Mayer, porque os movimentos não exibem mais aquelas características dos anos 60 e 70 e não aparentam ser dirigidos por racionalidades estratégicas. Assim, vários movimentos atuais da sociedade norte-americana, e de outras partes do mundo, não encontram lugar no esquema interpretativo da MR, dentre eles o movimento pela paz, os ecológicos, os das mulheres, os de grupos locais que defendem interesses de minorias étnicas etc. Todos eles são descentralizados, formados por grupos de afinidades, e ocupam lugares que eles mesmos constroem. Seus participantes estão constantemente correndo riscos (de ser presos, espancados, deportados, processados etc.). Possuem um sistema de crenças e ideologias que desempenham importante papel no processo de mobilização. Nenhuma destas características encaixa-se na imagem construída e projetada pela MR. Ao contrário, os movimentos deveriam demonstrar e provar, segundo Gamson por exemplo, uma clara divisão interna de trabalho, líderes que seriam planejadores de decisões inteligentes, administrando os recursos centralizadamente. As atividades de baixo risco seriam um dos indicadores de seus sucessos (Mayer, 1992: 179).

Mayer vê ainda duas grandes lacunas na MR: a negligência no processo de interpretação das carências e descontentamentos, em que a ênfase numa racionalidade instrumental-propositiva não deixa espaço para tratar daquele processo; e uma lacuna em relação ao sistema político. Ela conclui que a teoria da Mobilização de Recursos exclui as novidades, e foram justamente estas novidades — nos movimentos ecológicos, pela paz, das mulheres etc. — que criaram uma nova agenda e um novo paradigma na Europa, expresso na teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS), que criaram ainda uma nova arena de relações entre o Estado e a sociedade civil. A MR trata superficialmente esta última questão, e de forma enviesada, como resposta das elites, como por exemplo em Tarrow. Poucos estudos atentaram para a institucionalização das demandas dos movimentos e para os efeitos deste processo sobre eles próprios e sobre o sistema político como um todo.

Finalmente, Mayer destaca ainda que a construção de novos canais e novas arenas do sistema político vigente, para estabelecer, como conquista, ou desestabilizar, como política de desestruturização, também não é considerado na MR, assim como não se analisa o papel dos partidos e os conflitos ideológicos. Cumpre registrar que estamos de acordo com a análise de Mayer e acrescentamos: a MR possui todas as lacunas assinaladas e não aborda, ou o faz de forma equivocada, inúmeras questões porque exclui da análise política a problemática das relações entre as classes sociais, o sistema de dominação e as formas de reprodução do capital e da força de trabalho. Com isso a análise das relações sociais torna-se parcial e superficial. A MR não se propõe a fazer este tipo de abordagem nem tem instrumentos conceituais ou metodológicos para tanto.

Zald e McCarthy também reformularam suas concepções iniciais e continuaram produzindo estudos sobre os movimentos sociais ao longo dos anos 80 e 90. Em 1988 criaram o conceito de micromobilização, numa tentativa de inserir o nível micro em suas análises macroestruturais. Esta categoria é retomada por Klandermans quando procura descrever a rede de grupos e associações informais que sustentam um movimento. McCarthy, em conjunto com Woolfson (1992), destacou a importância da rede de relações já existentes em termos de suportes materiais, tais como telefone, fax, microcomputadores etc., como potencializadores das ações de um grupo. É interessante que questões importantes como esta, a da rede de relações anteriores, sejam apenas tangenciadas. Um mundo de problemas decorrentes do universo de relações sociopolíticas e culturais dos atores, amalgamados por uma dada cultura política, é absolutamente ignorado. Primeiro porque o referencial teórico utilizado não possibilita a visão daqueles fenômenos. Segundo porque, deliberadamente, existe a recusa a uma análise do processo político mais geral. A teoria limita-se às constatações empíricas: os recursos materiais!

Clarence Y. H. Lo (1992), adepta da MR, procurou aperfeiçoar a teoria a partir do conhecido conceito de comunidade. Lo retomou os estudos de Janowitz (1951) para explicar que por meio desse conceito é possível entender a importância das comunidades étnicas na política local. Ela argumenta que várias mudanças políticas foram obtidas na história patrocinadas por

grupos com fortes laços em certas comunidades geográficas. Assim, em alguns movimentos antinucleares da Califórnia, os principais ativistas estavam agrupados na Universidade de Berkeley e em alguns *colleges* da região. Organizações e movimentos étnicos e raciais estruturaram-se ao redor de algumas Igrejas. Desse modo, destaca-se não apenas a demanda mas as estruturas de suporte dos movimentos.

Lo argumentou também que, em vez de analisar os movimentos sociais apenas com categorias do capitalismo avançado, deveriam ser utilizados conceitos derivados de épocas passadas, similares aos da fase da manufatura artesanal, ou seja, categorias do pré-capitalismo. Isto porque considera que o esquema de Zald e McCarthy não abrange os movimentos oriundos dos excluídos da política, aqueles que não obtêm recursos nas transações de mercado, mas têm suas ações embutidas nas relações sociais da comunidade. Observa-se que o autor, ao categorizar os movimentos em capitalistas e pré-capitalistas, comete vários equívocos, já bastante criticados nas velhas teorias funcionalistas da modernização e outras. A bipolaridade comunidade *versus* sociedade é retomada. Disto resultou uma tipologia para os movimentos sociais que gira em torno da mobilização de recursos para o mercado empresarial ou para o mercado comunal. Os movimentos que atuam segundo *lobbies* seriam do primeiro grupo — incluindo-se os ambientalistas. Na segunda categoria teríamos os comunitários, como os movimentos reivindicatórios urbanos, de moradores, tanto de protesto como aqueles pela aquisição de melhorias. A exclusão social — fenômeno tipicamente capitalista marca da era da globalização — não é tratada como fator gerador do movimento dos “excluídos da política”, isto porque suas ações seriam vistas como pré-capitalistas.

A nosso ver, as lacunas principais da MR estão na ausência de uma análise do contexto social e político; no desconhecimento das políticas públicas e do papel do Estado na sociedade em geral, e junto aos movimentos sociais em particular; no fato de se ignorar o caráter das lutas dos atores, assim como as experiências de lutas sociais anteriores vivenciadas por eles; e na omissão do papel da cultura nas ações coletivas em geral, e nos movimentos em particular. Esta última lacuna foi o ponto principal dos críticos e revisores da MR, baseados principalmente no papel que a MR tem

no paradigma europeu dos Novos Movimentos Sociais e na abordagem clássica americana. As demais lacunas também iremos encontrar no paradigma dos Novos Movimentos Sociais, parcialmente superadas, depois do advento da MR, por Tarrow — quando resgata o processo político em sua análise — e por Tilly — quando traz de volta a ação do Estado junto às lutas sociais.

A seguir apresentaremos o trabalho de dois pesquisadores norte-americanos que se destacaram no período da primeira fase da MR e que tiveram contribuição significativa para a fase seguinte, ao final dos anos 80. Embora não tenham se atido exclusivamente às premissas da MR, eles representam um tipo de transição entre essa teoria e a da Mobilização Política (MP), a ser tratada no próximo capítulo.

### 3 - A preocupação com as causas das mobilizações: Anthony Oberschall

Oberschall participa do debate e da produção sobre a MR desde os anos 70. Em 1973 ele publicou *Social Conflict and Social Movement*. Em 1993, portanto vinte anos depois, publicaria *Social Movements: Ideologies, Interests and Identities*, em que faz uma reflexão sobre as mudanças operadas na teoria e na prática dos movimentos sociais. Ele afirma que este campo de estudos cresceu aos trancos e barrancos, enriquecido por pesquisas empíricas e utilizando-se de uma grande variedade de métodos de investigação. Admitindo mudanças na área que ajudou a construir — a teoria da MR —, faz em 93 uma revisão de sua produção. A partir de uma abordagem eminentemente sociológica, analisa a organização social da sociedade como resultado de adaptações às inovações tecnológicas, forças econômicas e mudanças populacionais; estuda ainda os esforços coletivos propositivos para formar ou alterar as instituições existentes em função das necessidades e aspirações humanas, concluindo que as reformas são realizadas devido às pressões dos movimentos sociais. Mesmo quando um movimento social não obtém sucesso imediato, seus ideais e metas são adotados mais tarde. Ele afirma que “o comportamento coletivo e os movimentos sociais têm moldado as instituições contemporâneas e provavelmente continuarão a

